



PSICANÁLISE

Flávia Ripoli Martins

Histórias da margem

Lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas

Blucher

HISTÓRIAS DA MARGEM

Lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas

Flávia Ripoli Martins

Histórias da margem: lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas

© 2023 Flávia Ripoli Martins

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editores Eduardo Blücher e Jonatas Eliakim

Coordenação editorial Andressa Lira

Produção editorial Lidiane Pedroso Gonçalves

Preparação de texto Helena Miranda

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto Maurício Katayama

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa Transvestite Ball at the Institute for Sexual Science.

Archives of the Magnus-Hirschfeld-Gesellschaft, Berlin

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

Portuguesa, Academia Brasileira de Letras,

julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blucher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Martins, Flávia Ripoli

Histórias da margem: lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas/ Flávia Ripoli Martins. – São Paulo: Blucher, 2023.

438 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2077-0

1. Psicanálise – Homossexualidade – História.
2. Homossexualidade – História. I. Título.

23-6059

CDD 150.19509

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise – História

Conteúdo

Agradecimentos	11
Introdução	13
Parte I. As lésbicas e os gays: da Antiguidade Clássica à psicanálise freudiana	25
1. A situação política de lésbicas e gays na Europa Ocidental	27
2. Os discursos sobre a lesbianidade e a homossexualidade na virada do século XIX	63
3. Homossexualidade (e lesbianidade) em Freud	129
Parte II. As dissidências sexuais nas <i>Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena</i>	165
4. Os primeiros psicanalistas	167
5. A inserção da psicanálise nos debates sociais	181

6. As teorias etiológicas sobre a homossexualidade	243
7. A lesbianidade no discurso dos primeiros psicanalistas	287
8. A clínica psicanalítica com pessoas lésbicas e gays no início do século XX	343
Considerações finais	389
Referências	407
Apêndice – Catalogação das referências à lesbianidade e à homossexualidade nas <i>Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena</i> (1906-1918)	429

1. A situação política de lésbicas e gays na Europa Ocidental

A lesbianidade e a homossexualidade são construções históricas. O exercício da sexualidade nunca esteve isento de ser objeto de estruturas de poder que regulamentam os corpos e práticas sexuais. Os pederastas e as educandas da Antiguidade Clássica, os sodomitas e as bruxas da Idade Média, os criminosos e os perversos, assim como os homossexuais e as lésbicas da Modernidade, foram inscritos na história como figuras sem rosto ou subjetividade, tratadas como objeto de saberes que ao longo dos séculos definiram suas características, seus comportamentos, suas atitudes e seus destinos, construindo um imaginário social e cultural sobre essas populações. Tais discursos não são desprovidos de funções sociais e de poder, construindo um campo de disputas e contradições.

Compreender a posição da psicanálise nascente e dos primeiros psicanalistas perante esse cenário impõe como tarefa percorrer os caminhos de construção das noções de lesbianidade e homossexualidade nas sociedades europeias. Por meio da elucidação dos contextos histórico e político de seu surgimento e da relação de quais noções podem ser consideradas historicamente

datadas, buscaremos reconstituir como as formas de se pensar os relacionamentos entre pessoas do mesmo gênero sofreram deslocamentos ao longo da história, de maneira paralela à consolidação do sistema patriarcal de dominação masculina.

Desse modo, exploraremos como essa forma de exercício da sexualidade, considerada uma instituição pedagógica e militar na Antiguidade Clássica, passou a ser vista como um pecado pelo cristianismo na Idade Média, um crime durante a Idade Moderna e uma doença na visão da ciência do final do século XIX, que criou as definições de *lesbianidade* e *homossexualidade*¹. Percorrendo nosso caminho periodicamente, analisaremos mais atentamente as últimas décadas do século XIX, discutindo especificamente o contexto histórico e político da Alemanha e da Áustria, enquanto territórios do surgimento da sexologia, do ativismo homossexual e da psicanálise, disciplinas que na virada do século ocuparam um lugar central nos debates sobre a sexualidade na Europa Ocidental.

Uma instituição para a Antiguidade Clássica

“O uso dos prazeres na relação com os rapazes foi, para o pensamento grego, um tema de inquietação”, afirma Foucault (1984/2014), “o que é paradoxal numa sociedade que passa por ter ‘tolerado’ o que chamamos ‘homossexualidade’. Mas talvez não seja muito prudente utilizar aqui esses dois termos” (p. 231). Muitos estudos históricos sobre as relações entre pessoas do mesmo gênero iniciam suas narrativas na Grécia Antiga (XII a.C.-II a. C.),

1 O termo “homossexualidade” foi criado por Kertbeny (1869), como veremos no Capítulo 2; a palavra “lésbica” foi registrada pela primeira vez em língua inglesa no ano de 1890 e o substantivo “lesbianismo” data do ano de 1870.

considerada como lugar de livre aceitação da homossexualidade – e, por vezes, também da lesbianidade.

A terra da poetisa Safo de Lesbos e do amor entre rapazes, valorizado pela literatura e pela pintura, é muitas vezes retratada como um local onde essas relações não eram condenadas por lei, desfrutando de liberdade e aceitação pela opinião pública. Embora essas constatações possam ser consideradas em certa medida verdadeiras, a questão que se impõe a esse respeito, nos alerta Foucault (1984/2014), é que não podemos falar em *tolerância* a respeito da *homossexualidade* na Grécia Antiga sem que o uso dos dois termos seja impreciso e anacrônico.

As fronteiras de demarcação do desejo nessa sociedade não eram regidas pela oposição entre hetero e homossexualidade e não havia, portanto, a noção de homossexualidade na Grécia Antiga tal qual essa categoria foi definida e descrita nos séculos posteriores. Havia relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, investidos de regras, imperativos e valores e o que se conhecia, ressalta Ariès (1985, p. 80), eram comportamentos homossexuais, “ligados a determinadas faixas etárias ou a determinadas circunstâncias, que não excluam, nesses mesmos indivíduos, práticas heterossexuais concorrentes”.

Embora o relacionamento entre dois homens adultos não fosse ignorado na Grécia Antiga, a forma característica do amor masculino nessa sociedade era a pederastia – do grego, *país*, *paidós* (menino) e *éros* (amor) – intercuro passional entre um homem mais velho, adulto, e um adolescente, cuja idade oscilava entre os 15 e os 18 anos. Considerando que não há registros sobre a forma como essa prática surgiu, nem onde, Dover (2007) afirma que a hipótese mais provável é a que situa sua origem entre os povos dóricos.

A pederastia masculina, que após a sua difusão assumiu diferentes contornos em cada uma das cidades gregas, era uma

instituição aristocrática,² regulada por regras e com finalidades pedagógicas e militares. Fundamentalmente, essa deveria ser uma prática realizada apenas entre um homem e um rapaz, na qual os papéis de ativo e passivo eram definidos, o aspecto sexual não era o mais importante, os relacionamentos com sexo oposto não eram excluídos e sua função era a iniciação no mundo adulto (Bremmer, 1995; Marrou, 1966).

“Pederastia e ritos da adolescência estão no mesmo nível” afirma Sartre (1992, p. 50) ao descrever essas relações nas cidades de Creta e Esparta. Considerada um rito de passagem do rapaz à idade adulta, a pederastia consistia em uma forma simbólica de iniciação – imposta pela diferença de idade –, cujo objetivo principal era o de socializar os adolescentes. A formação desses casais era reconhecida por lei, formalizada, minuciosamente vigiada e à ligação amorosa acompanhava um trabalho educacional.

Para o homem grego, a educação (παιδεία) residia essencialmente nas relações profundas e estreitas que uniam, pessoalmente, um espírito jovem a um mais velho – que era, ao mesmo tempo, seu modelo, seu guia e seu iniciador –, relações essas que uma chama passionnal iluminava com um turvo e cálido revérbero. (Marrou, 1966, p. 59)

2 Sartre (1992) enfatiza que a documentação disponível traduz, em sua maioria, a opinião proveniente de ambientes abastados. Embora esta sugira que os gregos não julgavam os comportamentos homossexuais, o autor enfatiza a necessidade de “saber o que pensavam das relações nascidas nos ginásios o pequeno proprietário ateniense, o pescador ou o comerciante, os quais não tinham nem o tempo nem a oportunidade de procurar nesses ambientes o belo rapaz” (p. 56).

Embora o caso ateniense se diferencie pela ausência de regulamentação legal, o estatuto social da pederastia também era favorável nessa cidade-Estado e a justificativa assemelhava-se ao sistema que era vigente em Esparta e Creta. Os aspectos aristocrático e abastado, assim como os contornos institucionais, faziam-se presentes nas práticas observadas em Atenas, onde os pares amorosos formados por um homem adulto e um jovem também estavam submetidos à regulação.

Considerando esse cenário, podemos inferir que nem todas as práticas sexuais eram permitidas entre os homens gregos. No momento em que o jovem adquirisse pelos, a relação deveria ser abandonada, pois se impunha o fim da desigualdade existente entre o par amoroso, responsável por delimitar os papéis específicos de cada um. Mediante a não existência de um adulto, cujo papel era ativo, e um rapaz, o amante passivo, o descrédito era lançado e o desprezo dirigido àquele que não renunciasse à passividade, recusando seu papel viril e, com isso, imitando as mulheres. A punição, por sua vez, se dirigia somente aos que se prostituíssem, violentassem seu parceiro – fosse ele homem ou mulher – ou caíssem no excesso, não importando seu objeto de desejo. Contudo, as sociedades gregas foram tradicionalmente entendidas como um “clube de homens” nas quais predominavam as práticas viris e misóginas que descreditavam o homem passivo por sua assimilação ao feminino; e contraditoriamente, tornaram-se conhecidas por serem a terra da poetisa Safo de Lesbos. Portanto, resta-nos perguntar: qual era o lugar destinado para as relações entre mulheres nessas sociedades?

As informações sobre o assunto são poucas. Ao escrever *A homossexualidade na Grécia Antiga*, livro marco nos estudos sobre o tema, K. J. Dover (2007) constata a ausência de literatura escrita sobre as mulheres nessa época, tanto discutindo as relações que

mantinham entre si quanto tematizando sua atitude perante os amores masculinos. Esse fato chama a atenção e, segundo o autor, “reflete a escassez de autoras e artistas no mundo grego, e o virtual silêncio dos autores homens a respeito destes assuntos” (p. 236).

Das poucas fontes encontradas para discutir essa temática, a mais importante é, sem dúvida, a vida e a poesia de Safo de Lesbos. “Muito mais um nome lendário, transmitido com deleite ou repulsa pela tradição poética, que uma figura historicamente bem documentada, a da primeira mulher escritora lembrada pela literatura ocidental” (Gagnebin, 2003, pp. 9-10), Safo tornou-se conhecida pelos cantos líricos nos quais entoava seu amor por figuras femininas.

As informações que nos restam sobre ela são, assim como seus poemas, relatos fragmentários oriundos de três fontes (Lardinois, 1995): sua obra (ou o que restou dela); as descrições e depoimentos escritos por autores clássicos; e o contexto histórico de seu tempo. Embora o estudo dessa documentação objetivasse discutir se Safo era, de fato, lésbica, para o que aqui pretendemos tematizar essa resposta importa pouco. Primeiro pois, como já mencionamos, essa definição nada diz sobre como eram as relações nas sociedades gregas. E, mais do que isso, porque Safo é aqui uma forma de narrar a existência de relações entre mulheres desde a Antiguidade Clássica, as quais discussões intelectuais sobre a veracidade desses fatos parecem invisibilizar.

Localizada no mar Egeu, não muito longe da Ásia Menor, Lesbos é a ilha onde viveu Safo, em algum momento da segunda parte do século VII a.C. Pertencente à nobreza oriunda do povoado de Mitilene, o mais importante da região, ela nasceu em uma época ainda favorável para as mulheres naquele local: embora fossem obrigadas a se casar, elas ainda gozavam de uma independência e

um status que não existiria mais nos séculos posteriores³ (Mossé, 1992). “Pátria do vício ou do requinte decadente ou ainda do feminismo nascente, dependendo do olhar do/da intérprete” (Gagnebin, 2003, p. 8), a ilha de Lesbos foi o local onde Safo manteve uma comunidade para meninas e jovens mulheres, em cujo seio elas podiam ser educadas, desde a saída da infância até o casamento. Entre os estudos realizados, estavam poesia, dança, música instrumental, canto, lira e esportes, contribuindo para que essas jovens desenvolvessem seus encantos e habilidades.

De acordo com a literatura (Fontes, 2003; Lardinois, 1995), tudo leva a crer que a relação que Safo estabelecia com suas educandas em muito se assemelhava à pederastia masculina. Ou seja, entre mestra e discípulas, haveria também o amor. Além do ensino, esses relacionamentos possuiriam um caráter passional, conforme enfatizam o desejo, o ciúme, as palavras ardentes e as constantes evocações de Eros e Afrodite encontradas na obra literária de Safo.

No entanto, tal qual no caso dos homens, é muito provável que esses relacionamentos tivessem também algum tipo de regulamentação institucional que estaria relacionada aos laços estabelecidos entre as famílias aristocráticas da época. Além disso, faz-se necessário enfatizar que o casamento era uma obrigação para as mulheres. Tudo indica que Safo era casada com um homem e suas discípulas muitas vezes abandonavam os laços amorosos com ela em prol do casamento, tal como entoam muitos dos *Poemas e fragmentos* da poetisa que tratam sobre o abandono.

Os eventos ocorridos na ilha de Lesbos são as expressões mais conhecidas do relacionamento entre mulheres na Grécia Antiga, mas provavelmente não foram a sua única forma. Marrou (1966)

3 Segundo Gagnebin (2003), as mulheres dessa região da Grécia possuíam um estatuto privilegiado, se comparado com aquelas que viviam em outras localidades como Atenas no Período Clássico.

menciona a existência de espaços educacionais semelhantes coordenados por Andrômeda e Górgona, e Dover (2007), por sua vez, destaca que, as relações eróticas de uma mulher à beleza de outra, não são temas exclusivos da poesia de Safo, aparecendo também em muitas das “canções para corais de virgens”.

Embora a ilha de Lesbos pudesse ser considerada uma exceção nessa época, tanto em termos de possibilidades para as mulheres quanto no que concerne à liberdade para os seus relacionamentos – quadro que posteriormente se modificaria –, seu papel foi de grande importância para elas:

As relações entre as participantes de um coral feminino ou entre um professor e seus alunos de música ou de poesia talvez constituíssem uma “subcultura”, ou antes, uma “contracultura” na qual as meninas e mulheres recebessem de pessoas de seu próprio sexo aquilo que a segregação e a monogamia impediam que recebessem dos homens”. (Dover, 2007, pp. 250-251)

O termo derivado de seu nome, lésbica, séculos mais tarde foi adotado por muitas mulheres como forma de nomear os modos de vida, os desejos, o amor e a potência revolucionária dos relacionamentos entre mulheres, tal qual Safo cantou séculos atrás.

Se na Grécia dos tempos de Safo as mulheres gozaram de certa liberdade para se relacionarem entre si, o mesmo não pode ser dito sobre o que ocorria em Roma durante a Antiguidade Clássica (VIII a.C.-V d.C.). Organizada de maneira hierárquica e escravocrata, essa sociedade ordenava o comportamento sexual em torno do par atividade-passividade, que se ligava à visão de masculinidade (Williams, 1999; Veyne, 1992), segundo a qual ser ativo correspondia a ser másculo e provar a virilidade, enquanto ser

passivo remetia a posicionar-se de maneira servil – problema que se colocava apenas do ponto de vista masculino, pois as mulheres só podiam ser passivas. As relações sexuais entre mulheres eram consideradas ilegítimas e imorais, principalmente no que concerne àquelas que ocupavam o papel ativo, o que era considerado uma tentativa de usurpar o lugar destinado aos homens.

Apesar da grande influência da cultura grega sobre a sociedade romana na Antiguidade, as relações entre homens ocorriam de maneiras bastante diferentes nos dois casos. Enquanto na Grécia estas davam entre um adulto e um jovem, ambos aristocratas e libertos, em Roma esses relacionamentos só eram permitidos entre um senhor (ativo) e um escravo (passivo) ou com prostitutas. A passividade dos homens livres – e não o sexo – era interdita e condenada, pois cabia a eles ocupar sempre o papel ativo, na medida em que ser passivo era considerado um efeito da falta de virilidade ou um vício, inclusive na ausência de qualquer ato sexual. O relacionamento com pessoas libertas de ambos os sexos – exceto dentro do casamento – era condenado, pois comportar-se em desacordo com os padrões de masculinidade da época era, para os romanos, a infração mais grave.

Fundamentalmente, o que vimos até aqui é que, embora as relações entre mulheres ou homens já existissem dentro de parâmetros institucionais e regulatórios específicos na Antiguidade grega e romana, estas eram bastante diferentes do que viria a se desenhar nos séculos seguintes. Como Foucault (1984/2014) aponta com precisão, não podemos falar em *lesbianidade* ou *homossexualidade* durante esse período. Embora centenas de anos mais tarde, por volta de 1870-1900, a literatura sobre a lesbianidade e a homossexualidade se ocupe vastamente das relações entre pessoas do mesmo sexo no decorrer da idade antiga, tal abordagem é, em certo sentido, anacrônica, pois em ambas as sociedades “as

dicotomias ‘macho/fêmea’, ‘ativo/passivo’ definiam os papéis sociais, o acesso ao poder e a posição de cada indivíduo segundo seu gênero e sua classe” (Borillo, 2010, p. 47). Durante a Antiguidade Clássica, os papéis destinados a homens e mulheres, libertos e escravos, adultos e jovens, definiam os padrões de comportamento. A distinção entre hetero e homossexualidade começaria a ser esboçada somente durante a Idade Média, sob influência do cristianismo, que consolidou o sistema masculino de dominação.

Um pecado na Idade Média

Segundo registros históricos, foi o mito bíblico de Sodoma e Gomorra – as cidades destruídas pelo pecado contra a natureza – que nomeou aqueles que se relacionavam com pessoas do mesmo gênero durante a Idade Média (V-XV): os sodomitas – nome carregado de conotações morais que, por si só, revela o papel da tradição judaico-cristã no tratamento dado a essas pessoas, na mesma época em que as deslocou para o lugar de pecadoras.

Em um período no qual a atenção se voltou para o controle e a regulação da sexualidade – de forma muito mais severa do que na Antiguidade –, a sodomia foi entendida como todos os atos sexuais não reprodutivos e, portanto, considerada imoral e contra a natureza. Entre eles, eram incluídos a masturbação, o coito interrompido e as relações sexuais anais e orais heterossexuais, fazendo da distinção entre o sexo potencialmente reprodutivo e sexo não reprodutivo a mais importante no campo da sexualidade (Greenberg, 1988).

Embora alguns autores (Le Goff, 1984; Richards, 1993) considerem o cristianismo como o principal agente das mudanças ocorridas no campo da sexualidade a partir do século V, essa opinião não é um consenso em meio aos pesquisadores do assunto. Entre

as principais obras que se contrapõem a essa visão encontra-se o livro *Christianity, social tolerance and homosexuality* (Boswell, 1980), bastante citado e discutido na literatura, tanto pelo extenso trabalho de pesquisa realizado quanto por sustentar dois pontos fundamentais: na Alta Idade Média (V-XI), o cristianismo não era, por si só, hostil à “homossexualidade” e os textos e as práticas produzidos no período refletiam posições governamentais e teológicas; a intolerância que se desenhou a partir do século XII relaciona-se com diversos acontecimentos políticos e, embora seja incontestável, foi incorporada aos textos religiosos.

Sem desconsiderar o papel dos acontecimentos políticos, temos a pensar que o cristianismo foi o principal agente responsável pelo crescimento da intolerância, das práticas punitivas e das restrições no exercício da sexualidade. O que, por outro lado, não quer dizer que a forma como essa religião tratou a as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo tenha sido a mesma durante todo o período: embora sua postura sempre tenha sido de intolerância, a maneira como lidava com os infratores variou ao longo dos séculos.

No início da Idade Média, as práticas sodomitas foram abordadas pela Igreja por meio dos códigos penitenciais, guias que determinavam o tratamento que deveria ser dispensado aos praticantes dos diferentes atos sexuais considerados pecaminosos. “A penitência era um estatuto que as pessoas adotavam de forma deliberada e voluntária, num momento dado de sua existência, por certo número de razões que podiam ser ligadas a um pecado enorme, considerável e escandaloso, mas que podia perfeitamente ser motivado por uma razão bem diferente” (Foucault, 1975 p. 146). Sua aplicação dependia da confissão, a partir da qual o bispo decretava, em uma cerimônia pública, uma penitência ao pecador, a depender de sua idade e posição eclesiástica, da recorrência e do papel desempenhado pelo sujeito da ação (passivo ou ativo). O objetivo

final era o perdão e a redenção, passíveis de serem alcançados por meio de atitudes como jejum, reza, uso do cilício, interdição dos cuidados de limpeza, exclusão solene da Igreja, obrigação de sepultar os mortos, entre outras.

No que concerne ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, esses códigos, escritos por membros do clero – que, como sabemos, eram homens –, dedicavam-se prioritariamente ao comportamento sexual masculino. Conforme enfatiza a literatura (Greenberg, 1988; Le Goff, 1984; Richards, 1993), as menções às relações entre mulheres nesse material são poucas, destacando-se entre elas o “Penitencial de Theodoro”, no qual são exigidos três anos de penitência para uma mulher que tiver relações sexuais com outra ou masturbar-se.

O início da Primeira Cruzada, proclamada em 1095, deu fôlego à propaganda antimulçumana, que passou a relacionar as práticas homossexuais com o Islamismo, tomado como uma ameaça às sociedades cristãs. A associação entre a sodomia e a heresia somou-se a esse cenário, dando forte impulso para que a repressão dessas práticas sexuais se radicalizasse nos séculos XII e XIII, quadro ao qual se juntou o surgimento de um “problema homossexual”. Paralelamente ao crescimento da vida urbana e à revalorização dos textos clássicos no Renascimento do século XII, expandiu-se nas cidades e burgos uma “subcultura gay”: as casas de banhos e as barbearias tornaram-se lugares de encontro, havia um vocabulário próprio e as obras literárias voltaram a valorizar o erotismo masculino. A nobreza jovem, os estudantes e o clero tornaram-se os grupos mais visados por essas práticas, embora sua existência seja reconhecida em todas as classes sociais e faixas etárias.

Esse cenário, que até então passara mais ou menos despercebido pela Igreja, tornou-se um foco com a Reforma Gregoriana, iniciada no século XI. A partir desse momento, o celibato foi

imposto ao clero e o casamento monogâmico, indissolúvel e exogâmico aos leigos (Le Goff, 1994), de maneira que a sodomia se tornou um alvo do Cristianismo. A redenção, alcançável por meio das penitências, deixou de ser uma possibilidade e o Purgatório transformou-se no único destino para os seus praticantes.

Com a epidemia da peste negra, cuja origem foi atribuída a uma sexualidade pecaminosa, os sodomitas passaram a ser bodes expiatórios e uma ameaça ao repovoamento, acirrando os discursos de intolerância e as punições. Paulatinamente, instalou-se uma tendência nos Concílios da Igreja, que passaram a penalizar as práticas homossexuais com a execução pública na fogueira, o que se generalizou com a redescoberta do direito romano, a centralização política e a Inquisição.

A morte pelo fogo aparece como uma forma específica e necessária de purificação, não só do indivíduo – queimando-lhe a carne para salvar a alma –, mas igualmente da comunidade, extirpando assim o mal que lhe corrói em seu âmago. A tradição teológica organiza, ideologicamente, essa forma radical de perseguição contra os homossexuais. Eis a razão pela qual estes são considerados daí em diante, como indivíduos extremamente perigosos, na medida em que eles se opõem ao que há de mais precioso na ordem da criação: a lei natural, expressão da vontade divina. (Borrillo, 2010, p. 54)

Tendo explorado a questão da sexualidade na Idade Média e a passagem da pederastia para a sodomia, verificamos que essa é correlata a uma mudança no estatuto das relações entre pessoas do mesmo gênero de uma instituição para um pecado. Portanto,

poderíamos nos dar por satisfeitos e prosseguir a história que narremos concluindo que as relações entre mulheres nesse período se limitavam a ser uma extensão da sodomia masculina, para a qual os textos do clero – predominantemente formado por homens e nos quais se baseiam a maior parte dos estudos sobre o tema – deram menor atenção. De acordo com essa visão, o erotismo masculino teria sido mais visado, se não mais presente, o que pode ser atribuído prioritariamente à posição social das mulheres na época.

Um aprofundamento nesse debate impõe uma torção que, justamente por se contrapor à literatura hegemônica, se torna interessante por dar espaço para as narrativas lésbicas, esquecidas e invisibilizadas ao longo da história. Debruçando-se sobre esse problema e considerando que os registros sobre relacionamentos sexuais entre mulheres no período medieval são pouco mais de uma dezena, todos provenientes dos processos de condenação aos quais elas foram submetidas, Bennett (2000, 2011) sugere discutir esse problema a partir das relações de afinidade entre mulheres.

Por um lado, essa ideia não nega a posição social das mulheres durante a Idade Média, período no qual a sexualidade feminina era menos visada por não produzir bastardos e as relações sexuais entre mulheres não eram propriamente vistas como sexo por não gerarem “desperdício do sêmen” – fundamental na conceituação medieval de sexo não reprodutivo. Por outro lado, essa proposta de pesquisa vai além dos textos clericais, olhando mais profundamente para os vínculos femininos estabelecidos durante esse período e expandindo as possibilidades narrativas sobre a lesbianidade antes do século XIX para além do contato sexual genital. Assim, transcende-se a noção de identidade e é incluída a história de mulheres que viveram de forma semelhante com muitas lésbicas de nossa época: desejando uma mulher, priorizando os relacionamentos feminino e resistindo ao casamento e à heterossexualidade compulsória.

Além do material presente nos textos clericais e do enquadramento das relações entre mulheres na categoria da sodomia, por meio dessa perspectiva podemos expandir nossa discussão, incluindo como material relevante uma ampla gama de comportamentos que acentuam o aspecto político da lesbianidade, enquanto relacionamentos descentrados das lógicas falocêntricas e heteronormativas. Seguindo esse raciocínio, Bennett (2000, 2011) enumera cinco categorias que podem ser incluídas como relevantes para a discussão das práticas “sexuais” entre mulheres na Idade Média, conforme enumeraremos a seguir: (1) as mulheres que tinham relação sexual com mulheres, independentemente de serem casadas ou religiosas; (2) aquelas cujos afetos se destinavam prioritariamente a outras, mesmo que sob a forma da amizade; (3) todas aquelas que resistiram ao casamento, sendo muitas vezes acusadas de bruxaria; (4) as mulheres que se uniram em comunidades ou fraternidades, como é o caso de um grupo de ex-prostitutas de Montpellier; (5) as mulheres que, como Joanna D’Arc ou a Estudante da Universidade de Cracóvia – cujo nome até hoje não foi descoberto –, travestiram-se para atingir seus objetivos, fossem esses lutar na guerra ou estudar; (6) as prostitutas que resistiram a se tornarem propriedade sexual – embora a discussão sobre a prostituição seja mais exaustiva do que essa consideração.

Todas essas mulheres, de alguma forma, não se conformaram com o lugar que lhes era destinado durante a Idade Média. Seus comportamentos transgrediam a norma da Igreja e as imposições do casamento, da virgindade e da frigidez. Somando-se às sodomitas e muitas vezes classificadas como bruxas, elas não se conformaram com as imposições da Igreja Católica e buscaram formas de vida entre pares ou em comunidades. Suas práticas, prioritariamente abordadas como um desvio e tratadas com intolerância, hoje nos restam como exemplos de resistência na história da sexualidade desse período.

Diferentemente do que ocorreu na Antiguidade, a Idade Média deixou marcas profundas na história das pessoas que se relacionam com outras do mesmo gênero, muitas delas perpetuadas até os dias atuais. O pecado sodomita, tratado pelos códigos penitenciais durante a Alta Idade Média, tornou-se, a partir da Reforma Gregoriana, objeto de uma legislação profundamente repressiva, que levou a uma politização da sexualidade na medida em que a Igreja Católica faria dela uma questão de Estado. Após o Renascimento (XIV-XVI), com a entrada na Idade Moderna (XV-XVIII) e a transição para o capitalismo, a sexualidade da mulher – que durante a Idade Média ainda encontrava possibilidades de transgressão, por não ser uma preocupação prioritária – foi colocada a serviço dos homens e da reprodução e instalou-se uma verdadeira caça às bruxas que:

não só condenou a sexualidade feminina como fonte de todo mal, mas também representou o principal veículo para levar a cabo uma ampla reestruturação da vida sexual, que, ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho. (Federic, 2017, pp. 349-350)

A partir de então, diversas práticas da sexualidade foram proibidas, por exemplo, os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, o coito anal, a nudez, as danças e o sexo entre pessoas de idades ou classes sociais diferentes. Nessa época, a sodomia – entre muitas outras práticas sexuais – foi enquadrada como crime nas disposições legais das mais diversas regiões e, embora tivesse variações, a punição com a prisão ou a morte permaneceu sendo

o destino das dissidências sexuais na maior parte dos países do mundo.⁴ A intolerância com a sexualidade tornou-se fervorosa na Europa e

a perseguição aos homossexuais foi tão feroz que sua memória ainda está sedimentada em nossa linguagem. Faggot⁵ é um termo que remete ao fato de que os homossexuais eram, às vezes, usados para acender a fogueira onde as bruxas seriam queimadas, enquanto a palavra italiana finocchio,⁶ que significa erva-doce, se referia à prática de esparramar essas plantas aromáticas nas fogueiras para mascarar o fedor da carne ardeente. (Federic, 2017, pp. 354 -355)

-
- 4 No Brasil, por exemplo, a legislação portuguesa impôs a partir de 1521 a pena de morte para as relações homossexuais. Os atos lésbicos, por sua vez, foram incluídos na legislação em 1603, quando também passaram a ser penalizados. No ano de 1831, as mudanças promulgadas por Dom Pedro II no Novo Código Penal do Império retiraram a punição para a sodomia da legislação brasileira, mantendo o atentado ao pudor como crime, no qual era enquadrada qualquer ação considerada como ofensiva à moral e aos bons costumes. Na prática, a nova Lei era aplicada de acordo com a interpretação da autoridade responsável por julgar esses crimes, o que deu continuidade à repressão às condutas lésbicas e homossexuais. Para mais informações sobre o cenário brasileiro, ver o livro *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*, de João Silvério Trevisan (2000).
- 5 Ainda hoje, *faggot*, em inglês “feixe de lenha para fogo” (Federic, 2017), ou sua abreviação são termos utilizados de forma ofensiva e pejorativa para desqualificar homens gays na América do Norte.
- 6 *Finocchio* é uma gíria italiana com o significado semelhante à expressão inglesa *faggot*.

Um crime e uma doença na Modernidade

Com a Revolução Francesa (1789-1799) teve início um período de virada na situação política de lésbicas e homossexuais. Em 1791, sob influência do Iluminismo e dos princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, a França foi o primeiro país do mundo a descriminalizar a sodomia. A partir de então, a liberdade individual foi cada vez mais investida como um valor fundamental nas sociedades ocidentais, o que levantou a discussão se o Estado deveria ou não interferir na vida privada da população (Greenberg, 1988; Lanteri-Laura, 1994; Paoliello, 2013).

Em 1810, o Código Penal do Império Francês – na época governado por Napoleão Bonaparte – formalizou as medidas votadas em 1791 e modificou radicalmente a legislação sobre os costumes. Exceto pelo adultério, que poderia comprometer os laços de filiação, todas as práticas da sexualidade foram laicizadas, desde que exercidas em um ambiente privado, com consentimento e entre adultos – cabendo ao Estado intervir somente na proteção de menores de idade, na vigilância de atos praticados em vias públicas e na punição de abusos e violências sexuais. Enquanto os atos e práticas da sexualidade não eram mais passíveis de julgamento pela justiça francesa – o que incluía a lesbianidade e a homossexualidade –, os “textos ditos pornográficos, licenciosos, eróticos, lúbricos ou imorais, permanecem sob o alcance da lei como ‘ofensivos à moral pública’” (Roudinesco, 2008, p. 78), o que ocorreu, por exemplo, com os clássicos *As flores do mal*, de Baudelaire, e *Madame Bovary*, de Flaubert, processados pelo Ministério Público em 1857.

Sumariamente, até o século XVIII o catolicismo e o Estado permaneceram considerando as relações entre pessoas do mesmo sexo um pecado contra a natureza passível de punição com a fogueira. De tal maneira, a situação política dessas populações – as-

sim como de todas os outros sujeitos que exerciam a sexualidade por via da masturbação, felação, fetichismo, flagelação etc. – somente começou a se modificar com a ascensão da burguesia, angariada em ideais liberais. Tendo a Igreja como inimiga, restava à classe burguesa se opor a seus posicionamentos: enquanto a primeira punia as sexualidades dissidentes, a segunda passou a defender a postura oposta, reivindicando uma maior tolerância com as diversas formas de gozo.

Uma complexificação desse cenário se impôs a partir do momento em que a burguesia tomou o poder e conquistou o direito de exercer seus prazeres sexuais livremente, desde que em ambientes privados e de forma consentida (Roudinesco, 2008), processo que diminui a importância da defesa de uma ideologia libertária. A postura tolerante diante das mais diversas práticas sexuais, defendida até então como uma estratégia política, deixou de ser importante e restava para a sociedade somente o medo e o fascínio despertados pelas expressões da vida sexual (Lanteria-Laura, 1994). Quando as instituições regulatórias da Antiguidade estavam ultrapassadas de longa data, a posição da Igreja já não servia e o liberalismo havia cumprido sua função, o terreno para uma nova etapa da história da sexualidade no Ocidente estava pronto: chegara a vez de a medicina se debruçar sobre o assunto.

Fato é que a burguesia, que no ambiente privado exercia livremente sua sexualidade, não havia deixado sua moral astuciosa e puritana de lado e, tendo retirado das mãos do Estado o controle da sexualidade privada, se viu diante da necessidade de “inventar novas regras que lhes permitiam condenar as perversões sexuais pelas quais é aficionada, no recôndito das casas fechadas, sem com isso atirar à fogueira o povo dos perversos” (Roudinesco, 2008, p. 79). Para isso, a classe burguesa se valeu de duas disciplinas derivadas da psiquiatria – a sexologia e a criminologia –, concedendo-lhes a importante tarefa de distinguir os “bons e maus”

perversos, ou seja, aqueles que seriam considerados perigosos e os que poderiam, de alguma maneira, ser recuperados, atingindo um “alto grau de civilização”, entendido a partir da ideia de um aperfeiçoamento do sujeito, calcado no referencial moderno do homem branco europeu.

Nesse contexto, é criada uma vasta nomenclatura, da qual a psicanálise será, como veremos no Capítulo 3, uma importante tributária. Assim, a perversão – ou, deste ponto em diante, as perversões – tornou-se o nome de todas as anomalias sexuais. Estas foram esvaziadas de seu aspecto pornográfico e rebatizadas com nomes eruditos derivados do grego – por exemplo, zoofilia, necrofilia, pedofilia, travestismo, onanismo, sadismo, masoquismo etc. –, que passaram a ser empregados pelos textos médicos, muitos deles escritos em latim e restritos aos praticantes da medicina e do direito. Com a sexologia, realizava-se, como descreve Foucault (1976/2018), uma “psiquiatrização do prazer perverso” (p. 114), e criava-se um cenário no qual o instinto sexual foi isolado, atrelado a condições biológicas específicas e dissecado. Como consequência, suas características foram analisadas e patologizadas, e buscou-se normalizar tudo que era identificado como uma anomalia.

Com o estudo dos ditos perversos, entre os quais podemos citar o masturbador, as crianças com a sua sexualidade peculiar, a histerica que se recusava à procriação e a lésbica ou o homossexual,

começou a se instaurar, em nome do Iluminismo, a idéia de que os Estados Modernos tinham o dever de governar o conjunto das práticas sexuais separando a norma da patologia, da mesma forma que antes a religião se aferrara a distinguir o vício da virtude. Polícia dos corpos e biocracia: este foi, ao longo do século XIX,

o programa estabelecido por uma burguesia triunfante preocupada em impor à sociedade uma nova moral sexual fundada na primazia da família dita sentimental ou romântica: felicidade das mulheres no casamento e na maternidade, apologia do pai como pater famílias, protetor dos filhos. (Roudinesco, 2008, p. 95)

Esse cenário foi agravado pelos acontecimentos que marcaram a Europa no ano de 1814. Com a renúncia e a prisão de Napoleão Bonaparte, os países europeus se reuniram no Congresso de Viena (1814-1815) com o objetivo de reorganizar o território, após a revolução burguesa e as guerras napoleônicas, restaurando a ordem absolutista do Antigo Regime. Enquanto alguns Estados antes pertencentes ao Império Francês, como Itália, Holanda, Espanha e parte da Alemanha Ocidental, decidiram manter o Código Penal de 1810, outros optaram por substituí-lo, acrescentando ou mantendo a punição à sodomia em suas legislações.⁷ Esse foi o caso da Alemanha e da Áustria – na medida em que apenas parte do território alemão foi conquistado por Napoleão, que não conseguiu conquistar a nação austríaca –, que examinaremos mais de forma mais detalhada, enquanto berços do ativismo homossexual e da psicanálise, respectivamente. Conforme sustentamos, o saber e o conhecimento científico se originam atrelados a contextos históricos, sociais e políticos, de maneira que não podemos proceder nossa análise sem antes nos debruçarmos sobre o cenário especí-

7 Foi necessário aguardar o século XX para que a tendência a descriminalizar as relações lésbicas e gays ganhasse força. Apesar de ter avançado, este processo ainda está em curso. Segundo relatório da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (2020), ainda hoje há leis que criminalizam e punem as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo gênero em 36% dos países do mundo, a maior parte destes localizados na África, na Ásia e na Oceania.

fico que favoreceu a proliferação discursiva sobre a lesbianidade e a homossexualidade por três vieses, que discutiremos no Capítulo 2: o primeiro, mais progressista, encabeçado por Karl-Heinrich Ulrichs e Karl Maria Kertbeny; o segundo, mais patologizante, em que destacaremos a autoria de Krafft-Ebing e Havelock Ellis; e o terceiro, mais político, ligado aos trabalhos de Magnus Hirschfeld, do Comitê Científico Humanitário e das ativistas lésbicas.

Com o encerramento do Congresso de Viena, as fronteiras europeias foram retraçadas e, entre os territórios que surgiram nessa época, estava a Confederação Germânica, uma associação política de 38 Estados, que passou a reunir a maior parte dos países de língua germânica da Europa, entre os quais o Império Austríaco e o Reino da Prússia. No ano de 1848, a Primavera dos Povos explode na Europa Central e Oriental e populações com línguas e costumes diferentes “reivindicam a abolição dos antigos regimes monárquicos restaurados nos países onde a epopeia napoleônica havia anteriormente contribuído para a expansão dos ideais de 1789” (Roudinesco, 2016, p. 15), sendo estes a emancipação dos povos, a ideia de uma civilização universal fundada na prática política, o liberalismo e as melhores condições para a classe trabalhadora.

Apesar da repressão a essas revoltas em toda a Europa, seus ideais perseveraram entre a classe média e os trabalhadores, enquanto a burguesia industrial reelaborou a ideia de nação, buscando unificar seus territórios. Em 1866, Otto von Bismarck (1815-1898) – chanceler do Reino da Prússia – deu início a uma política nacionalista de unificação da Alemanha, consolidada em 1871 com a formação do Império Alemão (*Reich*). Nesse mesmo ano, iniciaram-se os trabalhos para a criação de uma legislação única, válida para todo o território.

Em *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da Modernidade*, Santner (1997) discorre sobre os fatos ocorridos na Ale-

manha da passagem do século XIX para o XX e nos fornece uma chave conceitual importante para compreender as discussões sobre a homossexualidade, que – como veremos no Capítulo 2 – centraram-se em torno da legislação. Como analisa o autor, a preparação de uma legislação única para o *Reich*, entre os anos de 1874 e 1896, foi “um dos sítios principais em que a sociedade alemã confrontou as mudanças sociais radicais associadas à modernização e à formação do Estado, bem como os sentidos cambiantes da identidade nacional, num período de turbulência e contestação culturais” (p. 28). O fato é que a efetivação de uma lei única que vigoraria em todo o Império teria de ser compatível com as marcantes diferenças entre os Estados que o compunham, não apenas no que se referia à legislação e os interesses de cada um dos seus territórios, mas também “com as necessidades e interesses dos novos eleitorados sociais cujos contornos vinham tomando forma na esteira da industrialização e da urbanização que dominaram as últimas décadas do século XIX” (Santner, 1997, p. 28).

Nesse contexto, a criminalização da homossexualidade – antes válida apenas para alguns Estados do território alemão – tornou-se uma lei em todo o *Reich*, estabelecendo o Parágrafo 175 do Código Penal, segundo o qual “o ato sexual entre dois homens ou com animais deve ser punido com o aprisionamento; o veredicto pode também incluir a perda dos direitos civis” (Paragraph 175, 1871/1997, p. 63, tradução nossa). De acordo com essa legislação, somente a *sodomia* masculina seria passível de punição na esfera penal, sendo o homossexual julgado criminalmente e passível de condenação apenas se quisesse viver de acordo com sua orientação sexual ou exercer o seu desejo (Lanteri-Laura, 1994; Roudinesco, 2008).

Durante esse período, a burguesia liberal alemã, a elite intelectual e o regime imperial ansiavam por modernização e desejavam angariar à Alemanha uma liderança mundial na cultura e

no comércio. A relativa emancipação dos judeus no século XIX e a rápida urbanização resultaram em mudanças sociais, despertando ideais reformistas na classe média. Diante disso, a questão da neutralidade social e política da lei ocupou um lugar central nos debates, na medida em que os adeptos da abordagem positivista do direito romano “interessavam-se sobretudo pelos aspectos técnicos da interpretação e sistematização legais, abstraindo-se ostensivamente das questões da justificação moral, social ou política” (Santner, 1997, p. 29), restringindo o grau de criatividade admitida no código, o que confrontava os que eram favoráveis a uma legislação adaptável a uma sociedade em rápida transformação.

Em 1888, quando o projeto legislativo foi tornado público para a sociedade, os compromissos sociais, morais e políticos que estavam por trás da suposta neutralidade positivista da lei foram escancarados, em um código que se adequava sobretudo aos proprietários e empresários, ao postular o livre exercício da escolha individual no âmbito contratual e da propriedade, defendendo interesses de classe, em detrimento do que atenderia a toda a nação.

O debate entre os positivistas e seus vários críticos da direita e da esquerda, portanto, não foi um debate entre uma jurisprudência “pura” e fundamentalmente “conceitual”, de um lado, e outra maculada por interesses setoriais, de outro, mas um debate entre diferentes concepções da sociedade; numa palavra, foi o antagonismo social, e não meramente jurídico-filosófico. (Santner, 1996, p. 29, grifo do autor)

É justamente nesse período, mais precisamente nas três últimas décadas do século XX, que despontaram no Império Alemão e em seu território vizinho, o Império Austríaco, importantes reivindicações que questionavam a esfera legislativa, amparando-se

nos resquícios dos ideais iluministas que tinham vigorado na Primavera dos Povos. São estas: o movimento sufragista, que ganhou força entre as mulheres brancas de classe média amparadas na ideia de que para mudar o Estado era necessário se integrar a ele; greves e organizações operárias, que passaram a requerer melhoras na legislação trabalhista; e o ativismo homossexual, cuja principal pauta era justamente a revogação da legislação que criminalizava o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Antes que nos dediquemos a essas questões, faz-se necessário que discorramos sobre os destinos do Império Austríaco no período que sucedeu a Primavera dos Povos e a extinção da Confederação Germânica. Em 1867, após a Guerra Austro-Prussiana, a ascensão do nacionalismo e a perda da influência na península itálica – resultado de uma guerra contra o Reino da Sardenha ocorrida em 1859 –, a Áustria se encontrava em um período de decadência e, como política de contenção de crise, o imperador Francisco José (1830-1916) aceitou dividir o seu território com o Reino da Hungria, fundando uma dupla monarquia vigente entre 1867 e 1918: o Império Austro-Húngaro. Com duas capitais, Viena e Budapeste, onde foram estabelecidos parlamentos distintos que definiam leis para cada um dos territórios – exceto no que se referia à administração da política externa, da economia e da defesa –, o Império, sob liderança de Francisco José, tornou-se uma grande potência mundial.

Na parcela austríaca da Dupla Monarquia, em que desde 1848 os liberais lutavam por mudanças políticas tanto na monarquia dos Habsburgos quanto na cidade de Viena, o ano de 1867 marcou também a conquista de uma nova Constituição, que trazia a “promessa de uma completa liberdade de consciência, algo de singular importância na Áustria clerical e aristocrática” (Rose, 2019, p. 217). A fundação de um ministério liberal, que ampliou os poderes do parlamento, reacendia as promessas de proteção à classe média

– em especial à classe média judaica –, de reforma política e cultural, de maiores direitos individuais e de maior laicização da educação. Mas esse processo foi rapidamente suprimido, na medida em que o Partido Liberal se manteve no poder a partir de significativas concessões à monarquia e aos funcionários do Império, até ter suas propostas definitivamente derrotadas pelo ministério conservador do conde Taaffe, em 1878.

No que se refere à legislação sobre os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, faz-se necessário ressaltar que o Império Austríaco nunca esteve sob a égide do Código Penal do Império Francês, na medida em que suas terras não foram conquistadas por Napoleão. Aristocrática e massivamente influenciada pelo catolicismo, a Áustria proibia e punia os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo desde a Idade Média e acrescentou o Parágrafo 129(b)⁸ ao seu Código Penal no ano de 1852. Intitulado “atentado ao pudor”, esse parágrafo da legislação enquadrava uma ampla gama de comportamentos sexuais – por exemplo, a luxúria e o sexo com animais. Seu artigo “b” dedicava-se especificamente à questão da lesbianidade e da homossexualidade, criminalizando diversas práticas sexuais – como o coito, o beijo, o flerte e a masturbação mútua – entre pessoas do mesmo sexo, fossem homens ou mulheres, e punindo-os com no mínimo um e no máximo cinco anos de prisão (Krickler, 2008).

Embora em Viena, capital do Império, o Partido Liberal tenha se mantido no poder até 1897, quando foi derrotado por Karl Lueger (1844-1910) – representante de um movimento cristão, populista e antissemita –, o avanço conservador vivido pela Áustria acirrou-se em maio de 1873, quando concomitantemente explodiram uma epidemia de cólera e uma crise financeira. Tal cenário precipitou o abandono das reformas almejadas desde 1848 e levou

8 O Parágrafo 129(b) foi revogado em 1971.

a classe média liberal e os intelectuais austríacos a procurar uma parceria cultural e política com a aristocracia, assemelhando-se a ela por meio da integração à cultura.

Para consolidar sua aliança com a pequena nobreza e com os administradores imperiais, industriais, banqueiros, advogados e professores vienenses, promoveram a cultura estética pela instrução e pelo patrocínio de artes plásticas, teatro e música. (Rose, 2019, pp. 219-220)

É nesse contexto que Viena se torna um polo de efervescência cultural e de profunda contradição no final do século XIX. Como descreve Mezan (2003) em *Freud: a conquista do proibido*, Viena era célebre na música – com Mozart, Beethoven, Schubert, Mahler, Brahms, entre outros –, capital de um império que congregava diferentes povos e possuía um folclore musical rico, garantindo a existência de orquestras e compositores graças ao poder da aristocracia. Mas o conservadorismo de seu público permanecia indiferente aos seus brilhantes musicistas, não apreciando as revoluções musicais das quais a cidade foi palco. Era também uma cidade moderna, na época recém-edificada por uma burguesia que, “considerando-se herdeira de todo o passado da humanidade, quis dar a cada prédio uma aparência que traduzisse a essência da instituição nele abrigada” (Mezan, 2003, p. 57) e que, ao não conseguir criar um estilo próprio, construía grandes avenidas e edifícios monumentais, que remetiam a um longo período que se inicia com a democracia ateniense e vai até o Renascimento, tentando rememorar com cada prédio um passado histórico.

Contudo, por trás da cidade que buscava rejeitar tudo que pudesse remeter à desordem, fosse na música, na arquitetura ou em uma greve operária, e que se escondia atrás da figura do Imperador, buscando preservar a imagem de uma sociedade imaginária-

mente indivisa, Viena era o centro de um Império que passava por profundas lutas sociais e nacionais. “Diante destes processos desagregadores, a monarquia adota a atitude do imobilismo, dando a impressão de uma solidez que na verdade inexistente” (Mezan, 2003, p. 58) e a classe média liberal sufoca suas reivindicações em nome da assemelhação a um passado e a uma aristocracia que não lhe servia.

Viena era também concomitantemente abrigo da população judaica e um importante palco da explosão do antissemitismo. Em 1848, com a Primavera dos Povos, os judeus do Império Austríaco – que aspiravam à emancipação obtida na França em 1791 – haviam conquistado importantes direitos civis e políticos, julgando poder escapar das antigas perseguições por via da integração à burguesia industrial e ao meio intelectual. De fato, durante toda a segunda metade do século XIX, Viena tornara-se um importante polo de imigração da população judaica da Europa Oriental, que passou a ocupar postos importantes na indústria têxtil, nas cadeiras da universidade,⁹ no sistema financeiro, no comércio, na administração industrial, assim como na medicina, na advocacia, na imprensa local, no magistrado, nas artes e na música (Decker, 1991; Roudinesco, 2016).

Com a explosão da crise de 1873, os judeus vienenses foram responsabilizados pela desestabilização financeira e a Viena que se tornara seu abrigo assistiu de perto à escalada do antissemitismo, que, ao se tornar uma visão de mundo, relembrou a população judaica assimilada de sua origem. Paulatinamente, os judeus filhos

9 A crescente presença dos judeus na universidade é analisada por Decker (1991), que afirma que em 1880 os judeus eram aproximadamente dez por cento da população vienense, mas ocupavam quarenta por cento das vagas do curso de medicina e vinte cinco por cento das vagas do curso de direito da Universidade de Viena.

dos imigrantes, que haviam se integrado amplamente à cultura, ao comércio e ao meio intelectual de Viena, foram abandonando seus vínculos com um passado religioso tradicional e afastando-se cada vez mais de sua cultura de origem. O fato é que a desestabilização econômica fortaleceu o Partido Social Cristão, que, desde o avanço liberal, objetivava retomar o poder, e permitiu o crescimento do antissemitismo, racionalizado a partir do argumento de que este seria científico e baseado em uma nova definição de raça. Daí em diante, os partidos políticos passaram a acrescentar pautas antissemitas em seus programas e, em 1882, os artesãos – que se sentiam prejudicados pelos judeus – fundaram a Associação da Reforma Austríaca (*Österreichischer Reformverein*), que se tornaria o maior órgão do antissemitismo vienense. Na virada do ano 1900, passado meio século do processo de emancipação e assimilação dos judeus austríacos, parte da população de Viena voltava a falar da “questão judaica” e a exibir caricaturas e imagens pejorativas dos judeus na imprensa, enquanto o antissemitismo se alastrava entre suas próprias vítimas, sob a forma da conversão ao catolicismo e do ódio de si judeu – aspecto que é muito bem representado pela análise de duas importantes publicações que circulavam em Viena nessa época. Tanto o periódico *Die Fackel (A tocha)*, dirigido pelo jornalista judeu e profundamente antissemita Karl Kraus (1874-1936),¹⁰ quanto a obra *Sexo e caráter*, publicada em 1903 pelo filho de um

10 Karl Kraus (1874-1936) foi um poeta, dramaturgo e jornalista austríaco que atingiu grande popularidade na modernidade vienense do fim do século XIX. Nascido na Bósnia e judeu, mudou-se com sua família para a capital austríaca em 1887. Fundou em 1899 a revista *Die Fackel (A tocha)*, da qual foi o principal redator e, no mesmo ano, converteu-se ao catolicismo. Adepto do ódio de si judeu e um grande satírico da sociedade de sua época, denunciava a corrupção na imprensa e no Império. Foi analisado por Fritz Wittels e, ao longo de sua vida, se tornou um grande crítico da psicanálise.

judeu-antissemita, Otto Weininger (1880-1903),¹¹ demonstram como o antisemitismo rapidamente se assimilou à misoginia,¹² associando a suposta inferioridade dos judeus à feminilidade, considerando tanto os homens judeus quanto as mulheres pessoas amorais, lascivas e pouco dotadas de racionalidade.

Para as mulheres, Viena era também o terreno de amplas contradições, que se escancaravam na incompatibilidade entre seus desejos e o lugar por elas ocupado na sociedade, e, principalmente, no contraste entre as vivências das mulheres proletárias e burguesas. Como descreve Bertin (1990) no livro *A mulher em Viena nos tempos de Freud*, em 1895, oitenta e cinco por cento das mulheres que trabalhavam na capital austríaca eram operárias que, além do chão de fábrica, ocupavam também os ofícios de lavadeiras, passadeiras e costureiras. Submetidas à exploração, à fome, à doença, à falta de higiene e instaladas em moradias precárias e superpovoadas, as mulheres proletárias recebiam menos que os homens e habitavam alguns poucos edifícios na periferia vienense, que em nada lembravam a arquitetura do centro da cidade. Mesmo que, entre 1879 e 1893, a Áustria tivesse implementado uma das melhores legislações trabalhistas do final do século XIX,¹³ esses direitos ainda davam poucas garantias às proletárias, incorporadas

11 Otto Weininger (1880-1903) foi um filósofo nascido em Viena e de origem judaica. Converteu-se ao protestantismo em 1902 e, no ano seguinte, publicou a obra *Sexo e caráter*, que atingiu grande popularidade após seu suicídio, em 1903. Seu destino e o de Freud se cruzaram em uma querela em torno da noção de bissexualidade, que discutiremos no Capítulo 5.

12 A relação da misoginia com o antisemitismo será aprofundada no Capítulo 7.

13 A legislação trabalhista austríaca do final do século XIX garantiu uma jornada máxima de onze horas de trabalho, fixou um limite para o emprego de mulheres e crianças como mão de obra, reduziu o trabalho noturno, estabeleceu o descanso obrigatório aos domingos e garantiu que doenças e acidentes fossem parcialmente assumidos pela administração das indústrias, responsáveis por pagar uma previdência social e inspecionar os locais de trabalho.

massivamente pelo capitalismo industrial como mão de obra mais barata e submissa do que os homens. Diante disso, em 1893, as operárias declararam sua primeira greve em uma manufatura têxtil de Viena e, reunindo setecentas mulheres, reivindicavam a redução da jornada de trabalho e melhores condições.

No centro da capital, as mulheres da classe média burguesa mal tinham notícias do que ocorria entre as integrantes do operariado, pois sua realidade era outra. Criadas de maneira rígida, sabiam que era esperado que elas aceitassem os costumes e preenchessem com devoção e boa vontade os lugares que os homens lhes destinavam, ocupando-se do lar e do bem-estar da família. Submetidas à autoridade masculina, inspiravam-se na nobreza e cumpriam com o que lhes foi ensinado pela tradição, permanecendo à margem do mundo masculino, do trabalho e dos estudos. Pouco a pouco, algumas delas começariam a esboçar insatisfação, e a histeria – com suas convulsões corporais e sufocações – se tornaria “em toda a Europa a expressão de uma revolta impotente das mulheres contra um poder patriarcal assombrado pelo espectro de uma possível feminização do corpo social” (Roudinesco, 2016, p. 60) que, em Viena, ocorreria no seio das famílias burguesas.

No que se refere à educação, as mulheres também tinham poucos privilégios. Desde 1774, a Imperatriz Maria Teresa (1717-1780) havia estabelecido a educação obrigatória para todas as crianças entre os 6 e os 12 anos, e as escolas públicas, cuja responsabilidade era da Igreja Católica, lhes ensinavam a ler, escrever e contar, além da história sagrada e das regras da higiene e da moral. Em 1861, a educação tornou-se uma responsabilidade do Estado e em 1866 foram abertos os primeiros Liceus austríacos, oferecendo seis anos de educação secundária às mulheres. Enquanto as operárias não prolongavam seus estudos, dado que esse direito não lhes era garantido e elas precisavam trabalhar para colaborar com o sustento da família, as mulheres cujos pais podiam pagar frequentavam escolas

particulares, geralmente pensionatos religiosos, ou eram ensinadas por preceptoras. Até 1878, não era autorizado que as mulheres fizessem o exame de “maturidade” – que atestava o fim do que hoje podemos chamar de educação básica – e, após essa data, o atestado fornecido não contava com a cláusula que permitia a entrada na universidade. Dessa forma, restava às jovens que se formavam a alternativa de se tornarem professoras primárias ou o ingresso em uma das escolas de formação superior para mulheres – fundadas em 1871 –, onde se ensinavam as habilidades ditas femininas. Em 1902, são criadas escolas intermediárias, nas quais as jovens podiam aprender matemática, línguas, ciências naturais e física, e no mesmo ano passam a ser admitidas como professoras nos Liceus. No ano de 1904 são fundados seis ginásios para mulheres em Viena, que se expandirão até 1919, quando as mulheres passarão a ser aceitas nas escolas masculinas. Nesse meio-tempo, com o trabalho das organizações feministas, se tornaria possível também que as mulheres burguesas e de classe média entrassem na universidade, direito conquistado a partir do ano de 1897 com a abertura dos cursos de humanidades (Bertin, 1990; Schwartz, 2008).

Quando a Viena do *fin-de-siècle* atingiu o ápice de sua efervescência cultural, esta era uma cidade povoada pela contradição explicitada na disputa entre o liberalismo progressista e o conservadorismo católico e aristocrático, na participação importante dos judeus no meio intelectual em contraste com o antissemitismo crescente. Notava-se também na distância entre as vivências das mulheres operárias e burguesas, na diferença entre as aspirações femininas e os lugares que as mulheres ocupavam na sociedade e na própria desigualdade social que se via nas ruas da cidade e, principalmente, na oposição entre a realidade da capital e a vida dos povos camponeses trabalhadores, marcada pela pobreza. E justamente a geração que atinge a maturidade entre 1895 e 1905 – e a qual integram Freud e os primeiros psicanalistas – não aderirá

totalmente “à herança liberal e a seus dilemas” (Rose, 2019, p. 220). Assim, ao nutrir um importante sentimento de indignação moral, ela irá se opor à assimilação religiosa e à integração à cultura da classe alta, preconizando um importante movimento de renovação em todas as áreas, criticando o estado de coisas da época e a atmosfera opressiva que silenciosamente imperava em Viena.

A arquitetura se despoja do excesso antifuncional da ornamentação; a pintura, com Klint e o grupo de Se-zession, rompe com o academicismo e se lança à busca de formas ora mais oníricas e ora mais geométricas; na literatura, na música, na filosofia, surgem tendências cujo denominador comum é o esforço para liberar o meio de expressão das convenções até então admitidas, que passam a ser percebidas como incapazes de traduzir o conteúdo desejado. Vão aparecer assim o expressionismo, o simbolismo, o dodecafonismo e, no outro extremo, a preocupação pela pureza das formas e pela funcionalidade do objeto que conduzirá à Bauhaus. É como se a sensação difusa de sufocamento, de estranheza, de não-reconhecimento de si nas formas convencionais buscasse alívio, seja na manifestação de conteúdos até então considerados impróprios para a expressão artística (o grotesco, o onírico), seja pelo refinamento do meio expressivo, até o ponto de este se tornar digno de consideração por si mesmo e quase autônomo em relação ao que se exprime através dele. (Mezan, 2003, pp. 59-60)

É nessa época que Sigmund Freud inventa a psicanálise, que será contemporânea de todo esse processo de transformação cultural e com a qual os primeiros psicanalistas passarão a contribuir

a partir de 1902. Em resumo, retornando ao tema deste capítulo, as mudanças preconizadas pela Revolução Francesa – com seus ideais liberais de emancipação – e a descriminalização da sodomia – possibilitada pelo Código do Império Francês em uma parte significativa do território da Europa Ocidental e Central – tiveram uma inestimável importância para a situação social e política de lésbicas e gays.

Por um lado, a ideia de uma civilização universal fundada na prática política, retomada na Primavera dos Povos de 1848, possibilitaria que, pela primeira vez, a homossexualidade e a lesbianidade pudessem integrar o debate público, a partir da discussão com os governos e nações que se organizou principalmente em torno da revogação do Parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão. Encontrou ressonâncias também em Viena, capital que estava sob égide do Parágrafo 129(b) e que, nessa época, atravessava um período de contradições e renovações culturais – da qual a psicanálise será parte. Por outro lado, a burguesia, que, após a modificação da legislação sobre os costumes ocorrida em 1810, pudera livremente exercer seus prazeres e sua sexualidade na vida privada, não abandonou seu moralismo puritano. De tal maneira, encontrou na psiquiatria – particularmente na sexologia e na criminologia – uma poderosa arma para condenar as perversões sexuais, distinguindo entre os perversos considerados perigosos e os que poderiam ser recuperados. Assim, fomentou uma vasta produção literária médico-psiquiátrica que passou a se dedicar às questões da sexualidade, o que incluiu a lesbianidade e a homossexualidade. Na virada do século XIX, esses processos que atravessaram o debate progressista sobre a legislação puderam, pela primeira vez, se organizar em um movimento político homossexual, que surgiu na Alemanha com Magnus Hirschfeld.

O fato é que, ao final dos anos 1800, os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo ocupavam mais uma vez um lugar

privilegiado nos debates sobre os corpos, prazeres e práticas sexuais e, enquanto uma ampla gama de discursos sobre esse tema se proliferou por meio dos ativistas e dos médicos, as dissidências sexuais que outrora tinham sido uma instituição na Antiguidade, um pecado na Idade Média e um crime na Idade Moderna foram rebatizadas, tornando-se no século XIX “a homossexualidade”, considerada por alguns uma doença e por outros uma identidade política.



Histórias da Margem é o livro de uma verdadeira pesquisadora. E o que é uma verdadeira pesquisadora? Alguém que soma à curiosidade natural da espécie humana certo talento para fazer boas perguntas, persistência para procurar respostas para elas, um bocado de discernimento para percebê-las quando as encontra, e a disciplina necessária para manter o foco em meio às digressões inevitáveis por temas vizinhos aos que escolheu abordar.

Flávia Ripoli certamente se encaixa neste perfil. Um dos centros do seu trabalho é o exame de todas as referências à homossexualidade e à lesbianidade nas mil e seiscentas páginas das *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*, devidamente inseridas nos seus contextos histórico, político, científico, teórico e clínico.

Epistemologicamente rigorosa, metodologicamente consistente, finamente cinzelada no aspecto literário, demonstrando sensibilidade nas discretas referências à sua clínica, a estreia dessa jovem colega na cena cultural brasileira e na arena dos debates *psi* não poderia ser mais auspiciosa. Seja bem-vinda!

Renato Mezan

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2077-0



9 788521 220770



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Histórias da margem

Lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas

Flávia Ripoli Martins

ISBN: 9788521220770

Páginas: 438

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2024
